

2008 - CPLP? Que CPLP?

CPLP? Que CPLP?

por: Eugénio Costa Almeida©

Que Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) vamos ter, doze anos passados desde a sua criação? Depois de Bissau ter presidido durante dois anos os destinos da CPLP, Lisboa vai ser a sede da VII Cimeira dos Chefes de Governo e de Estado dos países lusófonos onde, segundo parece e salvo alterações de última hora, estarão ausentes José Eduardo dos Santos – não se faz senhor Presidente, fazer o senhor Sócrates passar por mentiroso… – e Armando Guebuza, ou seja, os líderes dos dois maiores Estados afrolusófonos.

E porque será? E depois de umas proveitosas, pelo menos isso foi o que tão apregoadamente os governantes portugueses que os visitaram fizeram transparecer, visitas de Estado e económicas?

Mas se os dois líderes africanos não vão estar presentes – talvez a prepararem as eleições que se avizinham nos dois Países (legislativas e internas ou os 40 anos da Frelimo) – vai estar o resto da nata lusófona. Angola e Moçambique estarão representados pelos seus oficiosos – mais o de Angola que o de Moçambique – Chefes de Governo.

O que vale é que em Portugal, directa ou indirectamente, vão estar personalidades importantes como o senhor Hugo Chávez e, principalmente, o senhor Nguema Mbasogo, presidente da observadora Guiné Equatorial, um dos maiores ditadores que ainda governam em África (porque será que o TPI ainda não se decidiu também em apresentar um mandado de captura a este senhor por crimes contra os guineenses-equatorianos?).

Na cimeira de quinta e sexta-feira serão debatidas questões que muito interessam aos 8 Estados Lusófonos, aos Estados associados e aqueles que querem aderir à CPLP, a Croácia, Venezuela, Ucrânia e Galiza, quase transformando a CPLP numa, como alguém já alvitrou, futura Comunidade Económica dos países lusófonos.

Haverá, também, a passagem do testemunho do Secretário-executivo, o embaixador cabo-verdiano Luís Fonseca, pelo Bissau-guineense engenheiro e ex-ministro Domingos Simões Pereira.

Depois há o problema da Lusofonia e das continuadas controvérsias que encerra o termo “Lusofonia” dado que alguns países do hemisfério sul – por vezes até no próprio Brasil – há um certo constrangimento porque na sua maioria não falam correntemente o português ou só o falam em franjas muito reduzidas.

Relembremos que o ainda Secretário-executivo, recentemente, recordava que em Moçambique só cerca de 30 a 40% utilizava o português, unicamente como língua oficial, a par das suas línguas nacionais unicamente faladas pela restante população. E que ele mesmo, tal como a maioria dos seus compatriotas, conforme se constata na RTP-África e nos portais cabo-verdianos, falam crioulo entre si e só, raramente, ou quando estão fora do País, é que falam português. Tal como na Guiné-Bissau, onde o crioulo é predominante ou em Timor-Leste onde a grande maioria fala tétum e uma minoria significativa bahasa indonésio.

E isso, leva a que muitos africanos – e porque não dizê-lo, também, timorenses – a questionarem se de facto são realmente lusófonos.

Pergunta que se torna mais pertinente quando croatas, venezuelanos e ucranianos querem aderir à CPLP com um estatuto que ultrapassa o de meros simples observadores.

Mas há outro facto que leva aos constrangimentos. A agressiva política de Portugal e Brasil em quererem impor as suas formas ortográficas, apesar do acordo ortográfico que já teve a ratificação de Portugal (há dias assinada pelo Chefe de Estado), Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, sem se preocuparem em querer qual a posição dos outros lusófonos. Não é de estranhar que angolanos e moçambicanos ainda estejam a “pensar” quanto à ratificação do mesmo.

Mas o que interessa à VII Cimeira não será tanto quem estará presente mas o que se vai debater.

Três, eventualmente quatro, serão os assuntos com capital importância para a CPLP. A promoção e da língua portuguesa, a assistência consular entre os oito países e uma proposta para facilitar a circulação de bens culturais. Uma quarta, deverá ser tratada em paralelo e prender-se-á com uma declaração sobre HIV-SIDA que prevê a adopção de “políticas comuns no combate à doença” e o estabelecimento de um plano estratégico que preveja “uma acção coordenada nos próximos cinco anos, principalmente a nível de formação, capacitação de técnicos e também no combate às doenças infecciosas, além da sida, a malária e tuberculose”.

Se quanto à assistência consular a prática já nos diz que qualquer cidadão da CPLP pode aceder a um consulado ou embaixada quando se verifique a ausência do seu representante no País onde estiver, já a facilitação da circulação de bens culturais e da promoção e divulgação da língua portuguesa vai ser mais complicada.

Desde logo porque quer Brasil quer Portugal aceitam divulgar os seus produtos culturais mas são um pouco restritivos quanto aos produtos dos outros parceiros e, ou, então, reformulam o conteúdo para a sua “linguagem” habitual.

Já quanto à divulgação da língua, coloca-se aqui o maior problema. Nem Portugal, como o seu Instituto Camões, nem o Brasil, com o seu Instituto Machado de Assis e muito menos o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde e dificilmente gerido pela angolana Amélia Mingas, conseguem o milagre de divulgar com habilidade a língua portuguesa; mas como se pode gerir um Instituto quando os seus associados primam pelo não pagamento das quotas anuais (só Angola, paradoxalmente face à sua posição na ratificação do acordo ortográfico, ou talvez não, Brasil e Portugal, mantêm o seu pagamento em dia) ou o seu portal primar pela ausência de qualquer indicação de quem o gere?

Talvez que falte aos dirigentes nacionais lusófonos fazerem uma pequena reciclagem – leia-se, formação – nos Institutos franceses ou no espanhol Cervantes. Poderiam ser que aprendessem como se divulga e fomenta a língua.

Mas para isso, e apesar de haver quem pense o contrário, há que harmonizar a “linguagem” do português. Se não for com a mesma ortografia e fonética que, pelo menos, os povos entendam que a língua é dos instrumentos comunicacionais mais flexíveis e que aceitem sem pudor as formas “falantes de cada um, independentemente do lugar, da região, do país onde a língua portuguesa é falada ou ensinada. E também deixar de haver quem considere como propriedade unicamente sua!

Se isso acontecer, então haverá, certamente, a CPLP e, por extensão o IILP, e as expectativas que alguns têm dela, por certo, que concretizar-se-ão.

Até lá, a CPLP e o IILP não serão nunca, mais que uns interessantes e dispendiosos elefantes brancos para gáudio daqueles que acham que as duas organizações são uns enormes nados-morto e daqueles que acham que é o melhor instrumento para justificarem o injustificável: reunirem-se periodicamente para saber quem ainda está no poder, desde que o portal da CPLP, pelo menos, não se esqueça de o mudar sempre que mudem os titulares nacionais…©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Manchete", em 24.Julho.2008, (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21343&catogory=Manchete>)